

NITERÓI PREV

**Concurso Público
Edital 01/2025**



Analista Previdenciário

MANHÃ

PROVA TIPO 1 – BRANCA



LÍNGUA PORTUGUESA

O preconceito linguístico disfarçado de elegância nas redes sociais

É comum que figuras carismáticas e articuladas ganhem destaque ao abordar temas relacionados à língua portuguesa, conquistando milhões de seguidores nas redes sociais. Muitas vezes, essas personalidades são mencionadas em conversas com amigos e familiares, o que me coloca em uma posição desconfortável.

Afinal, suas abordagens não me representam, e explicar, em poucas palavras, os motivos dessa incompatibilidade pode ser um desafio. Enxergo aqui, portanto, a oportunidade de detalhar as razões pelas quais esse tipo de discurso me causa certa inquietação.

Sob o manto de uma oratória sofisticada, promovida como um “jeito chique de viver e se comunicar, aliado a um humor ácido e inteligente”, muitas vezes se esconde um discurso impregnado de preconceito linguístico.

A elegância, quando usada para desqualificar o outro, não é uma virtude; ao contrário, torna-se um instrumento de exclusão. Utilizar o domínio da norma-padrão para menosprezar dialetos marginalizados reforça uma postura segregacionista e violenta.

Há quem defenda que certos discursos sejam apenas personagens criados para entreter. Mesmo que fosse o caso, o problema permanece.

Esse tipo de abordagem é abertamente antidemocrático e carrega uma série de preconceitos, refletindo uma caricatura do que há de mais nocivo na educação: arrogância e descompromisso acadêmico, que reforçam estereótipos excludentes.

Oferecer dicas sobre o português padrão pode ser útil e contribuir para a disseminação do conhecimento da língua monitorada. O problema está na forma como esse conteúdo é apresentado.

Muitas pessoas desconhecem a sociolinguística e, por isso, acreditam que sua forma de falar seja um “português ruim”. Não percebem as diferenças entre oralidade e escrita, entre formalidade e informalidade ou entre fala espontânea e língua monitorada.

Para a maioria dos brasileiros, as noções de dialeto ou de variedade linguística não são percebidas como algo concreto. O que existe, como valor cultural profundamente arraigado, é a noção de “erro gramatical” e o estigma de algumas pronúncias regionais.

A sociolinguística, campo que se consolidou nos anos 1960, estuda a língua em seu contexto social, considerando aspectos funcionais e interacionais.

A variabilidade linguística é um fenômeno inerente a qualquer língua natural, em qualquer comunidade linguística. A sociolinguística vê essa variabilidade como evidência sincrônica de mudanças linguísticas em andamento ou como reflexo de fatores socioeconômicos que afetam a língua.

Para o senso comum, no entanto, qualquer variedade que se afaste da morfossintaxe ou do léxico do português padrão é considerada “ruim” e “indesejável”, independentemente do contexto. Muitos veem a língua como um conjunto rígido de “regri-nhas de português” e nada mais.

No entanto, a língua é, antes de tudo, uma instituição social. Falamos português porque fomos colonizados por Portugal. Nos dois primeiros séculos, conviviam a língua tupinambá e o português das elites administrativas e do clero, num bilinguismo instável.

Dando um salto histórico, foi apenas no final do século XX, em 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que a escola se universalizou e o perfil da população estudantil se diversificou.

Como explica Stella Maris, PhD em Linguística, na obra “Nós chegamos na escola, e agora?”, recomenda-se que a norma culta seja ensinada nas escolas, mas que, ao mesmo tempo, sejam preservados os conhecimentos sociolinguísticos e os valores culturais que os alunos trazem de seu ambiente social.

Aprender a norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, capacitando-o a usar uma variedade ou outra, conforme a situação discursiva.

Cada enunciado é um ato de identidade, que marca diversas dimensões sociais, como gênero, faixa etária, grupo religioso ou étnico. Considerar alguém inferior pela forma como fala tem nome: preconceito linguístico.

Mas o mais curioso é: por que tanta gente se interessa por conteúdos que reforçam o preconceito linguístico?

Paradoxalmente, grande parte do público que consome esse tipo de discurso pertence justamente às camadas sociais cujas formas de falar são mais criticadas. Parece haver um desejo de pertencimento, uma busca por validação através da adesão a padrões ditos “superiores”.

A questão é que essa postura pedante simplesmente não serve para nós, professores. Como poderíamos ensinar menosprezando, desautorizando e humilhando nossos próprios alunos? Não somos contrários às regras, nem defensores de um “vale-tudo” linguístico.

Na verdade, apreciamos ensinar as normas do português padrão e promover uma boa escrita. No entanto, isso é muito diferente de diminuir alguém por sua forma de se expressar.

CONCURSO PÚBLICO – NITERÓI PREV

Quando se mistura vaidade com ensino, o resultado é sempre desastroso. Infelizmente, há quem ensine português desconsiderando décadas de estudos acadêmicos, ignorando a história e as desigualdades brasileiras.

Entendo o fascínio que muitos sentem por quem domina as regras da norma culta. Mas usar esse conhecimento para segregar e reforçar diferenças de classe é, sem dúvida, um dos usos mais nocivos da língua. Humilhar outra pessoa por sua forma de falar, não apenas silencia uma voz, mas também perpetua um ciclo de opressão.

(O'HARA, Larissa. *O preconceito linguístico disfarçado de elegância nas redes sociais*. Folha Vitória, 2025. Disponível em: <https://www.folhaviatoria.com.br/educacao/>. Acesso em: abril de 2025. Adaptado.)

Questão 01

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (2018), a impessoalidade é um dos princípios que deve nortear as correspondências oficiais. Assinale a alternativa em cujo enunciado esse princípio foi INFRINGIDO.

- A) “[...] o perfil da população estudantil se diversificou.” (14º§)
- B) “[...] esse tipo de discurso me causa certa inquietação.” (2º§)
- C) “[...] conviviam a língua tupinambá e o português das elites [...]” (13º§)
- D) “A sociolinguística (...) estuda a língua em seu contexto social, [...]” (10º§)

Questão 02

De acordo com o texto, a articulista afirma que:

- A) As normas do português padrão devem sobrepujar as demais variedades regionais.
- B) As páginas *on-line* com dicas de português apenas reforçam o preconceito linguístico.
- C) As pessoas valorizam o uso culto da língua em detrimento de outros dialetos existentes.
- D) Os conteúdos *on-line* de português são atrativos porque ensinam o uso correto da língua.

Questão 03

Assinale a passagem do texto cujas ideias endossam o fenômeno conhecido como preconceito linguístico.

- A) “A variabilidade linguística é um fenômeno inerente a qualquer língua natural, em qualquer comunidade linguística.” (11º§)
- B) “[...] sejam preservados os conhecimentos sociolinguísticos e os valores culturais que os alunos trazem de seu ambiente social.” (15º§)
- C) “Cada enunciado é um ato de identidade, que marca diversas dimensões sociais, como gênero, faixa etária, grupo religioso ou étnico.” (17º§)
- D) “Não percebem as diferenças entre oralidade e escrita, entre formalidade e informalidade ou entre fala espontânea e língua monitorada.” (8º§)

Questão 04

Na passagem “Muitos veem a língua como um conjunto rígido de ‘regrinhas de português’ e nada mais.” (12º§), o emprego do sufixo diminutivo em “regrinhas” confere ao conjunto de regras do português um valor:

- A) Eufemístico.
- B) Quantitativo.
- C) Depreciativo.
- D) Intensificador.

Questão 05

No trecho “Não somos contrários às regras, nem defensores de um ‘vale-tudo’ linguístico.” (20º§), a expressão “vale-tudo linguístico” significa:

- A) Parametrizar o uso da língua em contextos formais e informais.
- B) Utilizar a norma culta em qualquer contexto sociocomunicativo.
- C) Validar todas as formas linguísticas, desconsiderando o contexto.
- D) Confrontar o emprego da norma culta com o da norma coloquial.

Questão 06

Uma das obras da linguista Stella Maris se intitula “Nós chegemu na escola, e agora?”. Considerando as ideias expostas no texto, é INCORRETO afirmar que o enunciado “Nós chegemu na escola”:

- A) Contraria as normas do português padrão falado e escrito.
- B) É inaceitável, independentemente de seu contexto de uso.
- C) É característico de variedades socialmente desprestigiadas.
- D) Configura uma das possibilidades legítimas de uso da língua.

Questão 07

Nas palavras “*infelizmente*” (22º§) e “*indesejável*” (12º§) está presente o prefixo in-. Esse morfema também pode ser encontrado, com o mesmo sentido, em:

- A) Inteligente e inquietação.
- B) Informalidade e informação.
- C) Instável e incompatibilidade.
- D) Interacionais e independentemente.

Questão 08

Ainda sobre o enunciado “*Nós chegemu na escola*”, assinale a alternativa cuja reescrita obedece à prescrição gramatical tradicional.

- A) Nós chegamos a escola.
- B) Nós chegamos à escola.
- C) Nós chegamo na escola.
- D) Nós chegamos na escola.

Questão 09

Com base nas prescrições dos manuais de redação de comunicação oficiais, analise os itens a seguir.

- I. “*Falamos português porque fomos colonizados por Portugal.*” (13º§)
O emprego da primeira pessoa do plural poderia ser utilizado na redação de textos oficiais, uma vez que não atribui tom coloquial ou subjetivo ao texto.
- II. “*O que existe, como valor cultural profundamente arraigado, é a noção de ‘erro gramatical’ e o estigma de algumas pronúncias regionais.*” (9º§)
O emprego das aspas deveria ser evitado em um documento oficial, já que fere os princípios da formalidade, da clareza e da concisão.
- III. “*A variabilidade linguística é um fenômeno inerente a qualquer língua natural, em qualquer comunidade linguística.*” (11º§)
Todas as variedades linguísticas são legítimas e devem ser valorizadas. Entretanto, nem todas podem ser utilizadas nas correspondências oficiais, que devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Textos com gírias, regionalismos e jargão de um grupo específico terão sua compreensão dificultada.
- IV. “*Como explica Stella Maris, PhD em Linguística, na obra ‘Nós chegemu na escola, e agora?’*, recomenda-se que a norma culta seja ensinada nas escolas, [...]” (15º§)
O título da obra “*Nós chegemu na escola*” não poderia ser citado em um documento oficial, já que desobedece às normas da linguagem padrão norteadoras das correspondências oficiais.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 10

Considerando as informações contidas no 4º§ e 5º§ do texto, poder-se-ia propor a inserção do seguinte elemento coesivo na introdução do 5º§, sem prejuízo de sentido, como se observa em:

- A) Todavia há quem defenda que certos discursos sejam apenas personagens criados para entreter.
- B) Porquanto há quem defenda que certos discursos sejam apenas personagens criados para entreter.
- C) Consoante há quem defenda que certos discursos sejam apenas personagens criados para entreter.
- D) Contanto que há quem defenda que certos discursos sejam apenas personagens criados para entreter.

Questão 11

Releia esta passagem: “*A elegância, quando usada para desqualificar o outro, não é uma virtude; ao contrário, torna-se um instrumento de exclusão.*” (4º§). Outra possibilidade de pontuação e de reestruturação do fragmento, mantendo-se a coesão, a coerência e a correção linguística se encontra em:

- A) A elegância quando usada, para desqualificar, o outro não é uma virtude. Torna-se ao contrário; um instrumento de exclusão.
- B) A elegância quando, usada para desqualificar, o outro, não é uma virtude; ao contrário, se torna um instrumento de exclusão.
- C) A elegância, quando usada para desqualificar o outro, não é uma virtude ao contrário; torna-se um instrumento de exclusão.
- D) A elegância, quando usada para desqualificar o outro, não é uma virtude. Ao contrário, torna-se um instrumento de exclusão.

Questão 12

Considerando o conteúdo e a estrutura composicional, o texto pertence, predominantemente, à tipologia:

- A) Narrativa, uma vez que relata um fato histórico relacionado ao bilinguismo que ocorreu inicialmente no Brasil.
- B) Descritiva, pois caracteriza o fenômeno do preconceito linguístico presente nos conteúdos *on-line* de português.
- C) Argumentativa, já que se pretende comprovar que as páginas virtuais propagam veladamente o preconceito linguístico.
- D) Injuntiva, porque são indicadas as finalidades pedagógicas para um trabalho eficiente com a norma-padrão nas escolas.

Questão 13

Em que passagem do texto foi empregada linguagem predominantemente conotativa ou metafórica?

- A) “*Sob o manto de uma oratória sofisticada (...) ‘aliado a um humor ácido e inteligente’ [...]*” (3º§)
- B) “[...] *apreciamos ensinar as normas do português padrão e promover uma boa escrita.*” (21º§)
- C) “*A elegância, quando usada para desqualificar o outro, não é uma virtude; ao contrário [...]*” (4º§)
- D) “*Parece haver um desejo de pertencimento, uma busca por validação através da adesão [...]*” (19º§)

Questão 14

Acerca das relações coesivas do texto, assinale a alternativa correta.

- A) O pronome “*cujas*” introduz a expressão “*formas de falar*” (19º§).
- B) Os pronomes “*seu*” (15º§) e “*o*” (16º§) retomam o mesmo referente.
- C) A expressão “*suas abordagens*” (2º§) retoma “*amigos e familiares*” (1º§).
- D) O termo “*porque*” poderia substituir “*pelos quais*” (2º§) sem alterar o sentido.

Questão 15

Para a Sociolinguística, “erro”, em linguagem, é a inadequação de uma forma linguística a um determinado contexto social e comunicativo. Com base nessas informações e também nas ideias veiculadas no texto, assinale a alternativa cujo enunciado constitui um “ERRO”, considerando a situação em que foi utilizado.

- A) “*Daí eu comecei a inquirição e percebi que o maluco tava me tirando! Mandeí o guarda levá ele em cana!*”
Durante uma festa, um juiz relata para os amigos a situação ocorrida em uma de suas audiências.
- B) “*Olá Maria boa tarde te mandei mensagem na sexta feira nao tive retorno ficou alguma duvida que possa estar te esclarecendo?*”
E-mail enviado por um corretor de seguros a uma cliente.
- C) “*Pessoal, abram o livro na página 107. Hoje vamos começar o estudo das variedades linguísticas. Alguém já ouviu falar desse assunto?*”
Um professor lecionando para alunos do 9º ano do ensino fundamental.
- D) – *Mãe cadê você?*
– *Tô guardando o carro desce aqui e me ajuda a pegar suas coisas*
– *Eu não acredito nisso me fala que vc nao ta em casa*
– *claro que to em casa alice desce logo*
– *DESCE LOGO???* MAE VC ME ESQUECEU NO SHOPPING
Troca de mensagens de texto entre mãe e filha.

GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 16

Conflito é o processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis. Em virtude da complexidade, do volume de recursos geridos e da importância dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), é comum a ocorrência de incompatibilidades entre posições sociais ou políticas manifestadas publicamente. Em relação às modalidades ou instrumentos a serem considerados na gestão de conflitos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Como instrumento para a resolução de conflitos, o diálogo é condição prescindível para preservação das relações sociais.
- B) Entende-se por autocomposição a resolução consensual de conflitos; ocorre quando as próprias partes envolvidas conseguem chegar a uma solução, exercendo a autonomia da vontade.
- C) A gestão de conflitos, por meio de democracia participativa, implica em estimular as partes a desenvolver soluções criativas que permitam a compatibilização de interesses aparentemente contrapostos.
- D) Fazer a gestão de conflitos por meio de negociação é uma opção plausível. Nesse caso, busca-se que as próprias partes envolvidas consigam, modificando espontaneamente os seus posicionamentos, chegar a um acordo.

Questão 17

As Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003 e as Leis nº 9.717/1998 e nº 10.887/2004 redefiniram o marco institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e estabeleceram regras gerais de organização e de funcionamento, o que significou avanços na gestão dessas instituições. Atualmente, os RPPS ainda apresentam, tanto do ponto de vista financeiro quanto atuarial, grandes desafios a serem superados para que possam garantir, com sustentabilidade, a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários aos seus segurados e dependentes. Por isso, faz-se necessário que os servidores dos RPPS reconheçam a importância de se trabalhar com foco em gestão estratégica, a respeito da qual é INCORRETO afirmar que:

- A) O planejamento de uma organização se dá, exclusivamente, no nível estratégico.
- B) Um dos focos de planejamento tático é a definição dos resultados esperados dos processos a serem implementados.
- C) Entende-se por planejamento operacional a organização das atividades de cada processo, seja ele estruturante, operacional ou de apoio.
- D) No planejamento estratégico, a organização é considerada como um todo e são estabelecidos os objetivos permanentes ou de longo prazo e as estratégias para alcançá-los.

Questão 18

Marina, servidora de determinado município, tem se empenhado em adquirir conhecimentos relativos a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e sedimentar o conceito de agentes públicos. Após estudar a legislação atinente aos RPPS e algumas bibliografias e publicações sobre os assuntos, fez as seguintes anotações; analise-as.

- I. O agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão. Por isso, todo agente público terá direito a optar entre o RPPS e o Regime Geral de Previdência Social.
- II. Servidores públicos são espécies de agentes administrativos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou cargo em comissão. Eles são passíveis de responsabilização administrativa, apurada mediante processo administrativo disciplinar ou sindicância de rito punitivo. Assim, todo servidor público é agente público e está obrigado a contribuir para o RPPS instituído pelo ente federativo ao qual se vincula.
- III. O agente público contratado por tempo determinado é espécie de agente administrativo que desempenha funções públicas desvinculadas de cargos ou de empregos públicos de forma precária e temporária. A esses agentes públicos se aplica o Regime Geral de Previdência Social.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 19

O Título III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – artigos 18 a 43 – estabelece as normas relativas à organização do Estado. No Capítulo VII, Seção I, desse Título, encontram-se as disposições gerais relativas à administração pública. Por sua vez, na Seção II, especificamente no art. 40, encontram-se as disposições constitucionais relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos (RPPS). Desta feita, conclui-se que conhecer a organização do Estado brasileiro implica em conhecer, inclusive, os ditames constitucionais aplicáveis ao RPPS. Tendo por base referidos ditames, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Quanto ao RPPS, as regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.
- B) Ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado, em lei, de livre nomeação e exoneração, e àqueles em exercício de mandato eletivo, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social.
- C) Os entes federativos têm amparo legal para instituir, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, lhes sendo vedada a instituição de novos RPPS.
- D) Todos os servidores municipais que se aposentaram e, também, pensionistas do município de Niterói não estão obrigados a pagar contribuições para manutenção do regime próprio de previdência social, cuja autarquia gestora é a Previdência Social do Município de Niterói (Niterói Prev).

Questão 20

Código de Ética é um instrumento no qual são retratados a missão, a visão e os princípios de uma instituição, seja ela pública ou privada, devendo ser difundido entre seus colaboradores, a fim de que tenham consciência de suas responsabilidades. Quanto ao Código de Ética aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da Niterói Prev, entidade autárquica municipal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Possibilita aos gestores do RPPS reafirmar o compromisso com uma atuação responsável, transparente e sustentável.
- B) Possibilita conhecer os valores cultivados pela instituição e a função que ela exerce na sociedade, em observância ao estabelecido no Código de Ética.
- C) É importante a instituição de uma Comissão de Ética com a finalidade de orientar, informar e aconselhar sobre a conduta ética no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público.
- D) É um documento formalmente instituído, de circulação interna e restrita aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, que não deve ser divulgado aos fornecedores, prestadores de serviços, agentes financeiros e outros.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 21

O município de Niterói é pessoa jurídica de direito público interno e entidade político-administrativa, integrante da organização nacional e do território do estado do Rio de Janeiro, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e da Lei Orgânica Municipal (LOM). Sob o amparo da LOM de Niterói, compete corretamente ao chefe do Poder Executivo, entre outras atribuições:

- A) Expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos.
- B) Celebrar acordos e convênios com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas entidades, exceto com pessoa jurídica de direito privado e desde que por interesse público ou social.
- C) Dispor por iniciativa legislativa concorrente sobre as funções ou empregos públicos na Administração Direta ou Autárquica, bem como acerca do regime jurídico dos servidores, estabilidade e aposentadoria.
- D) Prestar anualmente à Câmara Municipal, dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas relativas ao exercício anterior, acompanhadas de inventários e balancetes orçamentário, econômico e patrimonial.

Questão 22

Considerando o império legal do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói sobre provimento e vacância dos cargos públicos, é correto afirmar que, EXCETO:

- A) A investidura do servidor público ocorrerá com a posse em cargo público.
- B) Nomeação, reversão e readaptação são formas de provimento em cargo público.
- C) A vacância dos cargos decorrerá de ato que implique desinvestidura, a exemplo do que ocorre pela promoção e pela aposentadoria do funcionário público.
- D) O funcionário público do município de Niterói fará jus à reintegração ao seu cargo público original de forma compatível às alterações ocorridas em sua saúde pela incapacidade física ou mental adquirida.

Questão 23

Representação dos servidores públicos municipais de Niterói, interessada em colher informações sobre os direitos do servidor – tais quais, aposentadoria, licença para tratamento de saúde, direitos da servidora gestante e direitos previdenciários – providenciou consulta escrita sobre esses temas à Secretaria Municipal de Administração. Analise as afirmações a seguir, como sendo as respostas recebidas pelo órgão competente da Secretaria.

- I. É assegurada a participação dos servidores e empregados públicos nos colegiados municipais em que seus interesses profissionais ou previdenciários seja objeto de discussão e deliberação.
- II. Em casos de licença para tratamento de saúde, observados os requisitos estabelecidos em lei, o funcionário poderá se recusar à inspeção médica se comprovar o advento de moléstia ou doença grave.
- III. A lei assegurará licença com vencimento e vantagens integrais à servidora gestante, mediante inspeção médica, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no máximo, por trinta dias.
- IV. O servidor será aposentado por invalidez permanente, sendo integrais os proventos quando decorrentes de acidente em serviço e moléstia profissional, e proporcionais em casos de doença grave, contagiosa ou incurável.

Fundado no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e na Lei Orgânica do Município de Niterói, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

Questão 24

Licêncio, funcionário público do município de Niterói, afastou-se do exercício de suas funções. Seu afastamento é considerado como de efetivo exercício, e sem ressalvas pela Lei Municipal nº 531/1985 quanto à garantia de “efetivo exercício”. Desse modo, é correto afirmar que Licêncio se afastou do serviço em virtude de qualquer uma das hipóteses a seguir, EXCETO por:

- A) Licença especial.
- B) Casamento, até oito dias.
- C) Convocação para serviço militar.
- D) Licença a funcionário acidentado em serviço.

Questão 25

João Paulo, Bento e Francisco são servidores da Niterói Prev. João Paulo possui uma pós-graduação *lato sensu* (360 horas) e o título de mestre, ambos na área pertinente às atribuições do seu cargo. Bento se destaca com qualidade no desempenho de suas atribuições, com grau de satisfação “ótimo” em todos os quesitos objetivos de avaliação. E Francisco, que possui doutorado em área que não afeta às funções que desempenha, está afastado de suas funções em razão de luto. Os cursos que João Paulo e Francisco possuem são reconhecidos pelo Ministério da Educação. Diante da narrativa hipotética, analise as afirmativas a seguir.

- I. Apesar de Francisco possuir curso de doutorado, ele não terá direito ao adicional de qualificação, nem tampouco à gratificação de desempenho, pois está afastado de suas funções.
- II. João Paulo perceberá, cumulativamente, os adicionais de qualificação por especialização e mestrado.
- III. Pela qualidade no desempenho de seu trabalho, Bento terá assegurado o adicional de qualificação, sempre em conformidade à avaliação recebida da Comissão Especial de Avaliação.
- IV. Francisco poderá fazer jus à gratificação por desempenho, cujo cálculo será a média aritmética dos pontos obtidos em cada um dos quesitos objetivos, relativos às quatro últimas avaliações anteriores ao seu afastamento.

De acordo com a Lei Municipal de Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Niterói Prev, está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) IV.
- C) I e III.
- D) II, III e IV.

Questão 26

A servidora Carla, técnica previdenciária da Niterói Prev, foi formalmente designada por Portaria do Presidente da Autarquia para integrar uma Comissão Especial responsável pela revisão de normas internas. Tal comissão foi constituída por prazo determinado, com atividades extraordinárias devidamente especificadas. Ela indaga se teria direito à gratificação pelo exercício dessa função, além da Gratificação de Desempenho a que já faz jus. Considerando as disposições da Lei nº 3.851/2023, é juridicamente correto afirmar que:

- A) O servidor receberá a Gratificação por Desempenho após a aprovação da avaliação pelo Presidente da Autarquia e homologação pela Diretoria.
- B) O valor da Gratificação por Comissão será fixado por ato do Presidente da Niterói Prev, limitado ao teto de vinte e cinco por cento da remuneração do servidor designado.
- C) O pagamento da Gratificação por Comissão dependerá exclusivamente de comprovação de frequência mínima em reuniões, conforme ato infralegal a ser expedido pela Diretoria Administrativa da Autarquia.
- D) A Gratificação de Desempenho por mérito se destina aos servidores da Niterói Prev que, após avaliados por uma Comissão Especial de Avaliação instituída pelo Presidente da Niterói Prev, tenham se destacado em suas atribuições.

Questão 27

Cecília, servidora efetiva do Município de Niterói há trinta e dois anos, requereu sua aposentadoria voluntária com proventos integrais junto à Niterói Prev. Seu pedido foi indeferido sob o argumento de que o tempo de serviço não seria suficiente para a concessão do benefício integral. Cecília, inconformada, alega que sua situação está expressamente contemplada pela Lei Orgânica Municipal de Niterói e que o indeferimento fere a ordem jurídica local. Diante disso, ingressa com medida judicial, sustentando que o ato administrativo de indeferimento não respeita o disposto na Lei Orgânica Municipal, e requer a concessão da aposentadoria nos termos do diploma municipal. Considerando a Lei Orgânica Municipal de Niterói (Lei nº 531/1985) assinale a afirmativa correta.

- A) A aposentadoria voluntária de Cecília com proventos integrais poderia ser concedida após vinte e cinco anos de serviço.
- B) Caso Cecília possuísse sessenta anos de idade, poderia se aposentar com proventos integrais independentemente do tempo de serviço.
- C) A legislação municipal não prevê critérios específicos de aposentadoria para seus servidores, sendo exclusivamente competência do regime previdenciário federal.
- D) Cecília tem direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais após trinta anos de serviço, por expressa previsão da Lei Orgânica Municipal, sendo indevido o indeferimento.

Questão 28

André, servidor efetivo do município de Niterói, ocupou, durante dezesseis meses, imediatamente antes de sua aposentadoria, cargo de provimento em comissão na Administração Direta Municipal. Durante esse período, ele recebeu uma gratificação permanente de produtividade e uma função gratificada acumulada, ambas reconhecidas por ato administrativo válido. Ao requerer sua aposentadoria junto à Niterói Prev, André solicitou a incorporação integral aos proventos de ambas as vantagens: (i) a gratificação de produtividade, percebida há quatorze meses ininterruptos; e (ii) a função gratificada, exercida por dezesseis meses. Considerando a Lei Orgânica Municipal de Niterói (Lei nº 531/1985), assinale a afirmativa correta.

- A) A incorporação das vantagens decorrentes do exercício de cargos de provimento em comissão e função gratificada é inacumulável com quaisquer outras da mesma natureza.
- B) Integrarão os proventos da aposentadoria as vantagens, decorrentes do exercício de cargo de provimento em comissão e função gratificada ou parcelas financeiras percebidas pelo servidor público, em caráter temporário.
- C) A Lei Orgânica Municipal de Niterói permite a acumulação irrestrita de vantagens incorporadas aos proventos, desde que todas tenham caráter permanente e tenham sido exercidas simultaneamente por, no mínimo, doze meses.
- D) A incorporação das vantagens decorrentes de Cargo em Comissão ou Função Gratificada dar-se-á sempre que o servidor as tiver exercido por, no mínimo, doze meses, quando da passagem para a inatividade, e será calculada na proporção de um trinta avos por ano, para os servidores do sexo masculino.

Questão 29

Joana, servidora efetiva da autarquia Niterói Prev, foi cedida à Prefeitura Municipal de Niterói, no interesse da administração, passando a exercer suas funções no novo órgão. No entanto, três meses após sua remoção, ela foi surpreendida com o corte das parcelas referentes à Gratificação de Desempenho e ao Adicional de Qualificação Técnica, sob o fundamento de que tais parcelas teriam sido pagas indevidamente desde o início da sua lotação na Prefeitura. Diante dessa situação, a servidora ajuizou ação requerendo o restabelecimento dos pagamentos das parcelas suspensas, com base no princípio da segurança jurídica e da irredutibilidade remuneratória, alegando que exerce suas funções com eficiência e que os valores vinham sendo pagos regularmente por meses. Considerando a Lei que modifica o Quadro de Pessoal da Niterói Prev e institui o Plano de Cargos e Salários dos seus Servidores (Lei nº 3.851/2023), assinale a afirmativa correta.

- A) A pretensão de Joana é legítima, pois os valores pagos por mais de três meses se incorporaram à sua remuneração, sendo vedada a sua supressão.
- B) A pretensão de Joana não pode ser acolhida, pois as parcelas pleiteadas apenas devem ser pagas a servidores lotados Niterói Prev, e não a servidores cedidos.
- C) Joana faz jus às parcelas porque, sendo servidora pública e estando em exercício na Prefeitura Municipal de Niterói, é irrelevante sua lotação formal para fins de percepção de gratificações previstas na Lei nº 3.851/2023.
- D) O recebimento da Gratificação de Desempenho e do Adicional de Qualificação Técnica, constantes na Lei nº 3.851/2023, é um direito de qualquer servidor público municipal, independentemente da lotação, desde que haja exercício de função pública e habitualidade no pagamento por, ao menos, sessenta dias.

Questão 30

A autarquia municipal da Niterói Prev pretende implantar imediatamente a Gratificação de Desempenho prevista na Lei nº 3.851/2023, inclusive para servidores afastados e ocupantes de cargos exclusivamente comissionados. A Procuradoria Jurídica da entidade, consultada previamente, opinou pela necessidade de regulamentação de pontos específicos da norma antes da implementação da gratificação. Com base na legislação vigente, analise as seguintes afirmativas formuladas no parecer técnico.

- I. O valor da Gratificação de Desempenho a ser pago a cada servidor no trimestre deve ser fixado pelo Presidente da Niterói Prev, observando a disponibilidade orçamentária para o exercício.
- II. A concessão da Gratificação de Desempenho depende da obtenção de nota média igual ou superior a 4,0 nas avaliações regulares, salvo nos casos de afastamento por motivo de saúde, férias ou licença-maternidade, em que se utilizará a média das quatro últimas avaliações anteriores.
- III. Não poderão receber a Gratificação de Desempenho os servidores que tiverem, no trimestre de referência, registro de falta não abonada ou aplicação de penalidade disciplinar, ainda que tenham atingido média superior a 4,5.
- IV. A Gratificação de Desempenho está condicionada à homologação da avaliação do servidor pela Diretoria da Autarquia, após aprovação pelo Presidente da Autarquia.
- V. A regulamentação infralegal poderá definir faixas de valores, periodicidade e forma de cálculo da Gratificação de Desempenho, inclusive em hipóteses de afastamento em efetivo exercício.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e IV.
- B) I, III e V.
- C) II, III e IV.
- D) I, II, III e V.

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 31

Determinada autarquia previdenciária se deparou com um caso envolvendo um servidor que requereu o pagamento de um benefício de pensão por morte e, após análise do pedido, constatou que o servidor falecido não preenchia os requisitos legais necessários para a concessão do benefício, conforme estabelece a legislação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Diante disso, a autarquia decidiu indeferir o pedido de pensão por morte, com base no poder vinculado à Administração Pública, uma vez que o ato administrativo estava claramente estabelecido pela legislação, sem margem para discricionariedade. No entanto, após a decisão, a chefia do departamento de benefícios questionou a decisão e emitiu novo ato administrativo reconsiderando a decisão tomada, concedendo o benefício em questão, mediante as circunstâncias pessoais do falecido e a comprovação de um erro administrativo no preenchimento dos documentos. Considerando os elementos e atributos dos atos administrativos, bem como os princípios que regem a atuação da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) A atuação da Administração configura convalidação do ato anterior, instituto aplicável quando o vício não disser respeito à competência ou à finalidade do ato original.
- B) A substituição do ato anterior, ainda que motivada por erro material, configura hipótese de revogação, admissível sempre que houver juízo de conveniência administrativa.
- C) O ato administrativo subsequente, indicado no enunciado, é inválido, pois a Administração não pode alterar ato jurídico perfeito sem autorização judicial, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica.
- D) O ato administrativo subsequente, indicado no enunciado, é legítimo e encontra respaldo no princípio da autotutela, que impõe à Administração o dever de anular atos ilegais ou evadidos de vício, independentemente de provocação judicial.

Questão 32

Uma autarquia previdenciária municipal, responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de seus servidores efetivos, observou, no encerramento do exercício fiscal, que parte dos recursos arrecadados por meio da contribuição previdenciária patronal foi utilizada, por decisão da Secretaria Municipal de Finanças, para cobrir despesas com a manutenção de prédios públicos e aquisição de veículos administrativos não vinculados à atividade previdenciária. Ao tomar ciência do ocorrido, o conselho fiscal do RPPS emitiu parecer recomendando a recomposição dos valores utilizados indevidamente, sob o argumento de que tal prática violaria uma vedação constitucional expressa quanto ao uso de receitas com destinação específica. Diante do caso hipotético e com base na Constituição Federal, assinale a alternativa que melhor expressa o fundamento constitucional aplicável à situação narrada.

- A) A destinação dos recursos arrecadados pela contribuição patronal depende exclusivamente da conveniência administrativa, desde que não implique desvio de finalidade do ente público.
- B) A Constituição Federal admite a utilização temporária de receitas previdenciárias para despesas urgentes, desde que garantida a posterior recomposição no mesmo exercício financeiro.
- C) A utilização dos recursos da contribuição previdenciária patronal em despesas alheias ao regime próprio viola o princípio da eficiência da administração, previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.
- D) A prática descrita infringe a vedação constitucional de desvinculação de receitas previdenciárias, conforme previsto no art. 167, XI, da Constituição Federal, sendo vedado seu uso para fins diversos do pagamento de benefícios previdenciários.

Questão 33

Uma autarquia previdenciária municipal instaurou procedimento licitatório para a aquisição de um novo sistema informatizado de gestão previdenciária. Durante a tramitação, o responsável pelo setor de tecnologia da informação, sem competência legal para firmar compromissos contratuais, assinou pessoalmente uma carta de intenção de compra com uma empresa específica, comprometendo o órgão público antes da conclusão regular do certame. À luz da teoria dos fatos e atos da Administração Pública, assinale a alternativa correta quanto à natureza e efeitos dos atos praticados no caso apresentado.

- A) O compromisso firmado pelo responsável do setor de tecnologia da informação configura ato administrativo inválido, por vício de competência e finalidade.
- B) Tanto o compromisso firmado quanto os atos do servidor são considerados fatos administrativos, visto que ainda não produziram efeitos externos, razão pela qual não podem ser invalidados.
- C) O compromisso assumido configura fato administrativo, pois ainda não gerou contratação formal, não havendo que se falar em produção de efeitos para a Administração Pública em sentido subjetivo.
- D) Os atos praticados pelo servidor do setor de tecnologia da informação são considerados atos administrativos válidos, pois foram realizados no interesse da Administração e no exercício regular de atribuições funcionais.

Questão 34

Em um cenário hipotético, durante uma campanha eleitoral municipal, certo candidato foi questionado por jornalistas sobre a sua posição em relação a alguns temas polêmicos, como a liberdade de expressão, diversidade ideológica e representatividade das minorias. Em uma de suas respostas, o candidato afirmou que as ideias de determinados grupos minoritários não devem ser amplamente divulgadas, pois “podem dividir a sociedade”. Além disso, sugeriu que apenas algumas ideologias devem ser respeitadas no contexto democrático, alegando que a convivência com pensamentos “opostos” pode prejudicar a unidade nacional. Esse discurso gerou intenso debate entre os cidadãos e, principalmente, entre os integrantes do seu próprio partido. Alguns de seus aliados o defenderam, argumentando que ele apenas expressou uma opinião pessoal, dentro da sua liberdade de expressão, e que o país precisa de um discurso mais unificado. Outros se manifestaram contrários, alegando que o discurso do candidato contrariava princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e a soberania do povo. Considerando o exposto, a fala do candidato pode ser analisada sob a ótica dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, assinale a alternativa que melhor reflete os princípios constitucionais envolvidos na situação.

- A) Embora o discurso do candidato seja polêmico, ele não infringe qualquer princípio constitucional, uma vez que não há menção a nenhum tipo de discriminação direta a grupos minoritários ou qualquer violação da liberdade política garantida aos cidadãos.
- B) O discurso do candidato apenas reflete uma opinião política legítima, sem qualquer violação aos princípios constitucionais, pois a liberdade política garante que ele tenha direito de defender suas ideias, mesmo que em detrimento da diversidade de pensamentos.
- C) O discurso do candidato se encaixa dentro da liberdade de expressão e não viola os princípios constitucionais, pois ele está apenas exercendo seu direito de opinar sobre a diversidade ideológica, algo garantido pela Constituição Federal, desde que não incite violência ou discriminação.
- D) A fala do candidato viola o princípio da dignidade da pessoa humana, pois, ao sugerir que apenas algumas ideologias devem ser respeitadas, ele impede o pleno exercício da liberdade de pensamento e a igualdade de tratamento entre os cidadãos, fundamentais para uma convivência democrática.

Questão 35

Em ação de fiscalização realizada por um órgão público, foi determinado o embargo de uma obra particular que se encontrava em andamento sem a licença exigida pela legislação urbanística. O fiscal responsável registrou, em relatório próprio, que, no momento da vistoria, não foi apresentado alvará válido para a construção. Em defesa, o responsável pela obra alegou que o pedido de licença já havia sido protocolado há meses e que a paralisação da obra traria graves prejuízos financeiros, razão pela qual teria decidido seguir com a construção mesmo sem o documento formal. Sobre a situação narrada, considerando os atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) A presunção de legalidade do ato impede que o interessado questione, em sede administrativa, a veracidade dos fatos registrados pelo agente público.
- B) A validade do embargo depende de autorização judicial prévia, pois o poder público não pode, sem decisão judicial, impor restrições ao direito de construir.
- C) A imposição do embargo é ato discricionário da Administração Pública, razão pela qual prescinde de fundamento em norma específica, em razão do atributo da autoexecutoriedade.
- D) Presume-se que o embargo seja legítimo e verdadeiro até que se prove, de forma cabal, a inexistência dos fatos relatados, em razão da presunção de legitimidade e da presunção de veracidade.

Questão 36

Durante a fiscalização em uma feira de produtos artesanais realizada em área pública, um agente administrativo constatou que várias barracas estavam instaladas fora da área permitida e obstruíam parcialmente a passagem de ambulâncias de emergência destinadas a um posto de saúde local. Considerando o risco iminente à segurança e ao atendimento médico da população, o agente determinou a retirada imediata das barracas irregulares, com base em regulamento publicado no diário oficial. Apesar dos protestos dos feirantes, a medida foi executada sem autorização judicial. Considerando os atributos dos atos administrativos e a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- A) A atuação administrativa se justifica pelo atributo da autoexecutoriedade, uma vez configurada situação de urgência que autoriza a execução direta do ato sem prévia autorização judicial.
- B) A execução imediata caracteriza abuso de poder, pois qualquer retirada forçada de bens particulares em espaço público exige autorização judicial prévia, ainda que exista situação emergencial.
- C) A atuação do agente se fundamenta exclusivamente na imperatividade do ato administrativo, que autoriza a Administração a impor obrigações aos particulares, independentemente de previsão legal.
- D) A presunção de legalidade do ato administrativo impede que os feirantes questionem a legitimidade da ordem, salvo se houver manifestação judicial prévia reconhecendo a irregularidade do ato.

Questão 37

Determinada autarquia previdenciária, responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de um município, contratou uma empresa privada especializada para implementar e manter um sistema digital de agendamento de benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e auxílio-doença. O sistema permite que os segurados solicitem e acompanhem seus pedidos *on-line*, enquanto a análise e a concessão dos benefícios continuam sendo responsabilidade exclusiva da autarquia. O contrato especifica que a empresa contratada ficará apenas com a manutenção do sistema e com o suporte técnico necessário para garantir o funcionamento da plataforma digital. Com base no exposto, julgue a natureza do serviço prestado e assinale a alternativa que melhor define a classificação desse serviço.

- A) O serviço de agendamento e atendimento *on-line* não é considerado serviço público, pois sua execução é realizada por uma empresa privada, que não integra a Administração Pública, e não há controle direto da autarquia sobre a prestação do serviço.
- B) O serviço de agendamento *on-line* se caracteriza como serviço público apenas se a autarquia previdenciária realizar fiscalização direta da execução do serviço prestado pela empresa contratada, uma vez que o controle da qualidade é essencial para a caracterização do serviço público.
- C) O serviço de agendamento *on-line* de benefícios previdenciários não pode ser classificado como serviço público, pois é uma atividade técnica, sem envolvimento direto com o interesse coletivo da população, sendo considerado um serviço privado prestado por uma empresa terceirizada.
- D) O serviço de agendamento e atendimento *on-line* se caracteriza como serviço público, mesmo sendo executado por uma empresa privada, pois atende a uma necessidade coletiva de acesso aos benefícios previdenciários e é prestado em nome da autarquia previdenciária, responsável pela análise dos pedidos.

Questão 38

No município fictício Vila Esperança, a autarquia previdenciária municipal, responsável pela gestão e concessão dos benefícios previdenciários aos servidores públicos, recentemente iniciou uma reavaliação dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas. Durante a revisão, foram identificados indícios de irregularidades nos pagamentos, como a falta de documentação complementar, a concessão de benefícios sem a devida comprovação de tempo de serviço e, em alguns casos, a duplicidade de benefícios. Diante dessas inconsistências, um grupo de servidores, juntamente com membros da sociedade civil, decidiu formalizar uma denúncia à Câmara Municipal. A Câmara, por sua vez, criou uma Comissão Especial de Fiscalização para investigar as alegações e decidiu submeter os atos administrativos da autarquia à análise do Tribunal de Contas. Esse, por sua vez, deverá realizar uma auditoria detalhada, avaliando a regularidade dos atos administrativos, a legalidade dos pagamentos efetuados e a adequação das decisões tomadas pela autarquia. Considerando os princípios e as competências do controle externo, bem como as especificidades do processo descrito, assinale a alternativa correta.

- A) O controle externo realizado pelos Tribunais de Contas atua por meio de relatórios e pareceres emitidos pelas Câmaras Municipais, sendo desnecessária a realização de auditorias externas contínuas. A fiscalização por parte dos Tribunais de Contas ocorre apenas quando há manifestação direta de irregularidade, não se tratando de um processo preventivo.
- B) O controle externo realizado pelos Tribunais de Contas pode se restringir à análise prévia de atos administrativos, como licitações e contratações, sendo desnecessária qualquer atuação posterior, mesmo que o ato já tenha sido executado e os recursos tenham sido gastos. A atuação do Tribunal de Contas só se faz necessária quando há denúncias formais.
- C) O controle externo, exercido pelos Tribunais de Contas, visa garantir a fiscalização da legalidade dos atos administrativos e da correta aplicação dos recursos públicos, sendo suficiente que o controle interno da autarquia, realizado por sua própria equipe técnica, seja eficiente para assegurar a transparência da gestão, sem necessidade de acompanhamento externo contínuo.
- D) O controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Município tem como principal objetivo fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, é um mecanismo indispensável para o controle democrático, devendo ser solicitado sempre que houver indícios de irregularidades, independentemente de ação interna.

Questão 39

José da Silva e João da Silva são filhos de Paulo da Silva. Paulo da Silva foi condenado, em ação por improbidade administrativa, em função de atos que geraram enriquecimento ilícito à luz da Administração Pública, às sanções de perda de função pública, suspensão de direitos políticos, por oito anos, pagamento por multa civil equivalente ao acréscimo do valor patrimonial e proibição de contratar com o poder público, vedação de incentivos fiscais. Paulo da Silva faleceu. Em relação a seus filhos, é correto afirmar que:

- A) Os filhos também terão suspensão de direitos políticos por oito anos.
- B) Os filhos não sofrem qualquer efeito da condenação em ação na qual o pai foi condenado.
- C) Os filhos, servidores públicos, também perdem a função pública e devem pagar a multa civil equivalente ao acréscimo do valor patrimonial.
- D) Os filhos devem pagar a multa civil equivalente ao acréscimo do valor patrimonial, mas não necessariamente no valor do dano, e sim nos limites da herança.

Questão 40

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- II. A indisponibilidade de bens não poderá, em hipótese alguma, ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- III. O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.
- IV. A indisponibilidade de bens de terceiro dependerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados ou, quando se tratar de pessoa jurídica, da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a ser processado na forma da lei processual.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 41

Determinado município resolve contratar adotando o diálogo competitivo. O diálogo competitivo é uma das modalidades de licitação e isso é inédito para o município, que nunca realizou licitação dessa forma. O medo de cometer algum equívoco é grande, até porque a municipalidade tem temores de lançar uma licitação que lhe gere problemas com o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Feita tal declaração, é correto afirmar que:

- A) Não cabe contratação via diálogo competitivo caso o objeto se trate de inovação tecnológica.
- B) As reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo.
- C) Os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes não necessariamente deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.
- D) A Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas, e estabelecerá prazo mínimo de vinte dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.

Questão 42

A Lei de Licitação é regida por princípios próprios, os quais procuram gerar correição e probidade no certame. Princípios têm como função auxiliar na resolução na hermenêutica de casos concretos; eles funcionam como normas, criam novos princípios e regras, não sendo apenas fontes supletivas de lacuna de leis. Analise os princípios a seguir.

- I. Impessoalidade.
- II. Legalidade.
- III. Probidade administrativa.
- IV. Insegurança jurídica.

Guia a aplicação da Lei de Licitação o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 43

José do Carmo é brasileiro, solteiro, negro, católico, conservador, heterossexual, soropositivo. Há registro desses dados e José do Carmo não consente com o tratamento de tais informações. De acordo com a Lei nº 13.709/2018, em qual das hipóteses a seguir relacionadas a recusa de José do Carmo é válida?

- A) Realização de estudos por órgão de pesquisa; garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis.
- B) Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.
- C) Tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela Administração Pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
- D) Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º dessa normativa, sem exceções.

Questão 44

Considerando o disposto na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), qual das hipóteses a seguir relacionadas, NÃO contempla dados a serem conservados?

- A) Dados que não são de uso exclusivo do controlador.
- B) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- C) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- D) Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD.

Questão 45

Mário Morais deseja ter acesso a dados de determinada licitação realizada por certa autarquia. Em relação à pretensão de Mário Morais, assinale a afirmativa correta.

- A) O pedido não precisa conter a identificação de Mário Morais.
- B) O pedido não precisa conter especificações da informação requerida.
- C) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- D) A autarquia não pode viabilizar a pretensão de Mário Morais de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na *internet*.

CONHECIMENTOS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 46

A Lei Municipal nº 2.288/2005 reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Niterói. Sobre tal diploma legal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Tesouro Municipal é garantidor e responsável solidário das obrigações da Niterói Prev.
- II. As receitas e despesas da Niterói Prev deverão ser previamente estimadas, fixadas e vinculadas única e exclusivamente ao cumprimento das finalidades a que se propõe o presente regime próprio de previdência.
- III. A Niterói Prev é uma Autarquia Municipal, gestora da previdência pública do município, responsável pela concessão e pagamento de pensões, aposentadorias e demais benefícios aos servidores municipais, na forma da Lei.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 47

Hugo é servidor público ativo ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal. José é ocupante, em autarquia, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Luís se aposentou e é servidor público inativo do Poder Executivo municipal. Considere que os órgãos/entidades citados pertencem à estrutura do município de Niterói e que Hugo, José e Luís nunca ocuparam outros cargos ou empregos. Limitando-se às informações prestadas, de acordo com a Lei Municipal nº 2.288/2005 e as disposições constitucionais sobre o assunto, são considerados segurados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município:

- A) Luís, apenas.
- B) José, apenas.
- C) Hugo, José e Luís.
- D) Hugo e Luís, apenas.

Questão 48

Maria se dedica, durante toda a sua vida laboral, à rede pública de ensino de Niterói, ela acumula dois cargos municipais efetivos de professora, com compatibilidade de horários. Conforme o que dispõe a Lei Municipal nº 2.288/2005, a respeito da situação de Maria, é correto afirmar que:

- A) Se vier a exercer mandato eletivo federal ou estadual, será desfilhada da Niterói Prev.
- B) Não poderá receber mais de uma aposentadoria, ainda que preencha os requisitos necessários para tanto.
- C) Deve realizar a contribuição previdenciária apenas com relação ao cargo de maior vencimento, fazendo jus às duas aposentadorias.
- D) Durante a atividade nos referidos cargos, Maria é considerada contribuinte obrigatória em relação a cada um dos cargos ocupados.

Questão 49

Gilmar é servidor público ativo efetivo do município de Niterói. É casado com Gabriela e o casal tem dois filhos não emancipados, Júlia e Guilherme, de 10 e 20 anos, respectivamente. Tendo em vista as informações fornecidas, assinale a afirmativa correta.

- A) Guilherme não poderá ser inscrito como dependente de Gilmar, considerando sua idade.
- B) Caso Gilmar venha a falecer sem ter realizado a inscrição de seus dependentes, haverá decadência do direito e eles não mais poderão promover tal inscrição.
- C) A inscrição de Gilmar como segurado depende de requerimento por ele formulado, no qual deve comprovar documentalmente o atendimento aos requisitos para tanto.
- D) Dentre outras situações, caso tenha sido inscrita nessa condição, a perda da qualidade de dependente para Gabriela poderá ocorrer pela anulação do casamento com Gilmar.

Questão 50

Sobre as fontes de receita da Niterói Prev, assinale a afirmativa correta.

- A) É defeso à Niterói Prev realizar aplicações financeiras com o fim de obtenção de fontes de receita.
- B) A receita poderá ser constituída de rendas advindas da exploração dos empreendimentos patrimoniais da Niterói Prev.
- C) Somente são fontes de receita as contribuições previdenciárias dos servidores ativos e pensionistas; os servidores inativos são dispensados de contribuição.
- D) São patrocinadores da Niterói Prev o município de Niterói e o estado do Rio de Janeiro, por seus Poderes Executivo, Legislativo e todas as Autarquias e Fundações que compõem suas estruturas.

Questão 51

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 2.288/2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Niterói, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () João, servidor efetivo ativo do município de Niterói, foi cedido sem ônus para outro órgão da Administração Direta da União; nesse caso, permanecerá na condição de segurado da Niterói Prev, independentemente de contribuição.
- () A exoneração do servidor é uma das hipóteses que ensejam a perda da condição de segurado da Niterói Prev, quando este não ocupar nenhum outro cargo municipal.
- () A perda da condição de segurado enseja a devolução das contribuições recolhidas.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.

Questão 52

Fabília e Anderson lograram aprovação em recente concurso público promovido pela Niterói Prev. Na primeira semana de exercício em seus cargos, conversavam sobre a estrutura administrativa superior da autarquia. Fabília afirmou que tal estrutura é composta pelo Conselho de Administração, pela Presidência e pelo Conselho Fiscal. Anderson informou que o Conselho Fiscal é composto exclusivamente por representantes dos servidores municipais, sendo um representante dos servidores ativos e um representante dos servidores inativos e pensionistas. A respeito das falas dos servidores, conclui-se que:

- A) Apenas Fabília está correta.
- B) Apenas Anderson está correto.
- C) Fabília e Anderson estão corretos.
- D) Fabília e Anderson estão equivocados.

Questão 53

Em uma atividade avaliativa da disciplina de Direito Previdenciário, Mévio, estudante, dissertava sobre o tema da seguridade social. O aluno informou que compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em alguns objetivos, tendo enumerado os seguintes: (I) universalidade da cobertura e do atendimento; (II) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; (III) equidade na forma de participação no custeio; e (IV) caráter centralizado da administração, mediante gestão governamental nos órgãos colegiados. O professor de Mévio, ao corrigir sua resposta, deve indicar que está equivocado o objetivo:

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) IV.

Questão 54

Analise as alternativas relacionadas a seguir e assinale a pessoa que NÃO consta do rol daqueles que poderão ser inscritos na condição de dependente econômico do segurado, conforme a Lei Municipal nº 2.288/2005.

- A) Companheira.
- B) Irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos.
- C) Pai, ainda que possua recursos suficientes para o próprio sustento e seja beneficiário de outro sistema de previdência pública.
- D) Enteado menor de 21 anos que não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação, mediante declaração escrita do segurado e comprovada a dependência econômica.

Questão 55

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O tema “previdência social” é de competência legislativa privativa da União, não cabendo aos estados e municípios ingerência nessa seara.
- II. A Emenda Constitucional nº 103/2019 suprimiu a possibilidade de instituição de regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo no âmbito dos municípios.
- III. A Emenda Constitucional nº 20/1998, tratando sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), incluiu a previsão de que a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 56

O art. 40 da Constituição da República estabelece as regras gerais para a aposentadoria dos servidores públicos efetivos. Sobre as previsões nele contidas, assinale a afirmativa correta.

- A) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas na lei do respectivo ente federativo.
- B) O regime estabelecido pelo referido artigo é o denominado Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de caráter contributivo e solidário.
- C) O regime de previdência será financiado exclusivamente por contribuição do respectivo ente federativo, observados os critérios que preservam o equilíbrio financeiro e atuarial.
- D) As regras estabelecidas são de observância vinculante apenas da União, de modo que estados e municípios possuem competência legislativa plena para disciplinarem de forma diversa do que se encontra estabelecido no dispositivo.

Questão 57

Analise as afirmativas a seguir.

- I. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- II. A previdência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- III. É vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 58

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a determinadas políticas sociais. NÃO representa uma dessas políticas:

- A) Saúde.
- B) Educação.
- C) Assistência Social.
- D) Previdência Social.

Questão 59

Determinado servidor público efetivo do município de Niterói interpôs, pela via administrativa adequada, pedido de revisão a respeito do valor de sua contribuição previdenciária. Segundo ele, a chamada “remuneração de contribuição” prevista na Lei Municipal nº 2.288/2005 deve ser considerada como o valor constituído pelo vencimento de seu cargo efetivo, excluindo-se as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. Ainda, na “remuneração de contribuição”, não devem ser considerados: o salário-família, o auxílio-alimentação e o adicional noturno. Após análise do pedido, a autoridade competente deverá concluir corretamente que o servidor está:

- A) Integralmente correto quanto aos argumentos expostos.
- B) Equivocado exclusivamente no que se refere ao salário-família, o qual deve ser considerado na “remuneração de contribuição”.
- C) Equivocado somente a respeito do auxílio-alimentação e do adicional noturno, pois ambos constituem a “remuneração de contribuição”.
- D) Equivocado apenas quanto à afirmação de que as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei devem ser excluídas da “remuneração de contribuição”.

Questão 60

Certo professor de Direito Constitucional de uma instituição de ensino superior de Niterói propôs uma gincana jurídica com seus alunos e, para isso, dividiu sua turma para responder a diversas perguntas acerca do tema da Ordem Social, conforme o que consta na Constituição Federal de 1988. Em dado momento, sobre o tema da seguridade social, o professor indagou aos grupos quais são as contribuições sociais que atualmente auxiliam em seu financiamento, tendo recebido as quatro respostas abaixo indicadas, das quais uma é INCORRETA; assinale-a.

- A) Contribuição sobre bens e serviços, nos termos de lei complementar.
- B) Contribuição do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
- C) Contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- D) Contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 61

Maria, assistente social concursada, atua em uma unidade do CRAS no interior do estado do Rio de Janeiro e, durante determinado evento comunitário, foi questionada por moradores locais sobre o papel do Estado na garantia de direitos sociais dos cidadãos, notadamente em tempos de crise econômica. Um dos moradores, inclusive, alegou ter recebido em um grupo de mensagens eletrônicas a informação de que as ações voltadas à garantia de direitos básicos como saúde, previdência e assistência social só seriam obrigações do Estado em situações emergenciais. Diante da situação, Maria decide elaborar uma nota técnica com base nos fundamentos constitucionais da seguridade social, explicando sua concepção, organização e princípios. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa que corresponde à correta informação a ser apresentada em nota técnica por Maria.

- A) Embora prevista na Constituição Federal, a organização e o financiamento da seguridade social são integralmente delegados aos entes federados, sendo meramente facultativa a implementação de ações integradas entre a União, os Estados e os Municípios.
- B) A Carta Magna de 1988 concebe a seguridade social como um sistema integrado, de responsabilidade do Estado, abrangendo os setores de saúde, previdência e assistência social, e norteado por princípios como a universalidade da cobertura e a equidade no custeio.
- C) A seguridade social, em conformidade com o disposto na Constituição Federal de 1988, organiza-se sob o princípio da seletividade, de tal maneira que os benefícios são destinados unicamente aos contribuintes da Previdência Social, não havendo previsão de ações de natureza não contributiva.
- D) A seguridade social brasileira consiste em um sistema de ações de responsabilidade exclusiva da iniciativa privada, destinado à provisão de serviços de saúde e previdência aos trabalhadores filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sendo acionado preferencialmente em situações de crise.

Questão 62

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a afirmativa correta.

- A) Compete à União efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- B) Compete aos Estados atenderem, com exclusividade, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- C) Compete aos Municípios realizarem o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
- D) Compete à União executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

Questão 63

A empresa BioVida Verde Indústria de Biotecnologia Ltda., qualificada como entidade de educação e pesquisa sem fins lucrativos, regularmente inscrita nos órgãos competentes, celebrou convênio com o Ministério da Saúde para o desenvolvimento de vacinas de baixo custo, voltadas à distribuição gratuita em comunidades carentes. Com fundamento nesse convênio, a empresa pleiteou a isenção das contribuições patronais destinadas à seguridade social, sob o argumento de que sua atuação estaria vinculada ao interesse público e equiparada à de entidades filantrópicas. Sobre o custeio da seguridade social, sistema de financiamento, contribuições, isenções, remissão e anistia, assinale a afirmativa correta.

- A) A atuação em atividades sociais mediante convênio com o poder público permite o reconhecimento da imunidade tributária recíproca, aplicável às contribuições sociais, desde que não haja repasse de lucros a particulares.
- B) A isenção deve ser deferida, pois a Constituição Federal assegura isenção automática das contribuições sociais às entidades que comprovem atuação filantrópica, independentemente de sua forma jurídica ou de registro específico.
- C) A isenção pretendida pela empresa depende do atendimento de requisitos legais, sendo impossível reconhecê-la apenas com base na atuação em parceria com o Estado ou no interesse público, ainda que não haja finalidade lucrativa.
- D) A empresa faz jus à isenção, pois a vedação à distribuição de lucros e a atuação voltada ao interesse público são suficientes para equipará-la a entidades beneficentes de assistência social, conforme interpretação teleológica do art. 195, §7º, da CF.

Questão 64

Ana, cidadã brasileira em situação de extrema vulnerabilidade social, sem emprego formal e sem condições de prover sua subsistência, procurou atendimento médico em um hospital público estadual, onde foi informada que apenas poderia ser atendida se apresentasse comprovante de residência e de vínculo empregatício. Diante disso, Ana ajuizou ação contra o Estado alegando violação de normas constitucionais relativas à seguridade social. Com fundamento nos dispositivos constitucionais que regem a seguridade social, especialmente no que se refere à assistência social e à saúde, assinale a afirmativa correta para resolução do caso apresentado.

- A) O direito à assistência social é condicionado à inscrição em programas sociais do governo federal, como o Cadastro Único, o que legitima a exigência feita pelo hospital.
- B) A recusa de atendimento hospitalar viola os princípios constitucionais da universalidade da saúde e da assistência social, que garantem a todos os cidadãos, independentemente de contribuição, o acesso aos serviços essenciais.
- C) Não obstante o Sistema Único de Saúde (SUS) assegurar atendimento de saúde gratuito, o princípio da seletividade faculta à Administração Pública a prerrogativa de condicionar o acesso aos serviços mediante a demonstração de residência e de renda.
- D) A apresentação de comprovante de residência e de vínculo empregatício como condição para o acesso a serviços de saúde é considerada legítima, visto que as entidades federativas possuem a prerrogativa de regulamentar o acesso aos serviços públicos em consonância com suas respectivas capacidades orçamentárias e administrativas.

Questão 65

Carlos, como empregado em empresa privada, contribuiu para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) durante vinte e oito anos. Após ser demitido sem justa causa aos 59 anos, ele começou a prestar serviços eventuais de jardinagem, sem realizar contribuições previdenciárias como contribuinte individual. Dois anos depois, em razão de um grave acidente de carro, restou incapacitado permanentemente para o trabalho. Seu pedido de aposentadoria por invalidez foi negado pelo INSS, com fundamento na perda da qualidade de segurado. Inconformado, Carlos decidiu ajuizar uma ação. Considerando o caso hipotético e com fundamento nas normas que regem o RGPS, assinale a afirmativa correta.

- A) A duração da contribuição de Carlos é irrelevante para a manutenção da qualidade de segurado, sendo imprescindível que o vínculo com o RGPS esteja ativo no momento da incapacidade. Considerando que ele não estava contribuindo, não há direito ao benefício.
- B) A aposentadoria por incapacidade permanente será concedida exclusivamente ao segurado que comprovar contribuições na data da ocorrência do evento incapacitante. Consequentemente, a falta de recolhimentos por parte de Carlos impede a concessão do benefício, mesmo que ele se encontre no denominado “período de graça”.
- C) O indeferimento se mostrou correto, visto que, conquanto Carlos tenha efetuado contribuições por período superior a vinte e cinco anos, a ausência de recolhimentos nos derradeiros dois anos, destituída de justificativa legal, configura a perda automática da qualidade de segurado, impossibilitando o reconhecimento de quaisquer benefícios previdenciários.
- D) Carlos mantém a qualidade de segurado por até vinte e quatro meses após a cessação das contribuições, por ter contribuído por tempo superior a dez anos, prorrogáveis por mais doze meses, comprovando situação de desemprego, totalizando, assim, trinta e seis meses; sendo o acidente ocorrido dentro desse prazo e comprovado o desemprego, o benefício será devido, mesmo sem as contribuições recentes.

Questão 66

Em uma fiscalização trabalhista, constatou-se que Roberto, empregado de uma empresa de tecnologia, recebia mensalmente, além do salário-base, valores a título de horas extras, adicional noturno, auxílio-alimentação pago em dinheiro e vale-transporte. O fiscal do trabalho lavrou auto de infração por irregularidades no recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração de Roberto, o que levou a empresa a ajuizar ação discutindo a base de cálculo do salário de contribuição. Considerando o conceito, as parcelas integrantes e excluídas do salário de contribuição, bem como seus limites mínimo e máximo e, ainda, com fundamento na Lei nº 8.212/1991, assinale a afirmativa correta.

- A) O adicional noturno, as horas extras e o auxílio-alimentação pagos em dinheiro integram o salário de contribuição; o vale-transporte é excluído da base de cálculo.
- B) O auxílio-alimentação, as horas extras, o adicional noturno e o vale-transporte integram o salário de contribuição, enquanto o auxílio-alimentação é sempre excluído da base de cálculo.
- C) Tanto o adicional noturno quanto as horas extras integram o salário de contribuição, mas o auxílio-alimentação, ainda que pago em dinheiro, e o vale-transporte são excluídos da base.
- D) Apenas o salário-base compõe o salário de contribuição, sendo que parcelas como horas extras, adicional noturno, auxílio-alimentação e vale-transporte, independentemente de seus valores, são expressamente excluídas para fins previdenciários.

Questão 67

Com base no disposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a alternativa que elenca apenas princípios que regem a assistência social.

- A) Supremacia do atendimento às necessidades sociais, visando atender às exigências de rentabilidade econômica.
- B) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, diferenciando-se populações urbanas e rurais.
- C) Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
- D) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

Questão 68

Assinale a alternativa que contém exclusivamente sujeitos passíveis de recebimento do auxílio-acidente, na forma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

- A) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal vinculado a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).
- B) O servidor público ocupante de cargo efetivo da União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- C) O brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, desde que lá domiciliado e contratado, ainda que segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.
- D) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.

Questão 69

Em relação aos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assinale a afirmativa correta.

- A) A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na Lei nº 8.213/1991, completar 60 anos de idade, se homem, e 65, se mulher.
- B) A aposentadoria por tempo de serviço será devida, cumprida a carência exigida na Lei nº 8.213/1991, ao segurado que completar vinte e cinco anos de serviço, se do sexo feminino, ou trinta anos, se do sexo masculino.
- C) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido na Lei nº 8.213/1991, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de dez dias consecutivos.
- D) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e suscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer tal condição.

Questão 70

Assinale a alternativa que contém apenas prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que independem de período de carência.

- A) Pensão por morte; salário-família; e auxílio-reclusão.
- B) Pensão por morte; salário-família; e auxílio-acidente.
- C) Reabilitação profissional; auxílio-acidente; e aposentadoria por idade.
- D) Salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica; serviço social; e auxílio-reclusão.

Questão 71

A inscrição do segurado é automática e ocorre no momento da investidura em cargo efetivo, devendo o órgão onde o servidor estiver lotado enviar à Niterói Prev a comunicação da investidura, acompanhada dos documentos necessários. Tratando-se de servidor público ativo, analise a seguinte situação hipotética:

Joana, servidora pública do município de Niterói, deseja concorrer ao cargo de Deputada Federal pelo estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2026. Caso ela venha a vencer, se afastará de suas funções como servidora pública municipal. Sabe-se que um dos questionamentos de Joana se refere à sua filiação e contribuição à Niterói Prev.

Com base na Lei nº 2.288/2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Niterói e dá outras providências, é correto afirmar que Joana:

- A) Vindo a exercer o mandato eletivo federal, continuará filiada e contribuinte da Niterói Prev.
- B) Ao se candidatar ao cargo eletivo de Deputada Federal, automaticamente estará desfiliação do RPPS do município de Niterói.
- C) Deverá se afastar do cargo que ocupa para poder concorrer ao pleito eleitoral que deseja, como também estará desfiliação da Niterói Prev.
- D) Caso seja eleita, não estará mais filiada ao RPPS do município de Niterói, devendo somente realizar a comunicação necessária; a partir da data da diplomação, seu vínculo estará suspenso.

Questão 72

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Com base na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/2022, assinale a afirmativa correta.

- A) O RPPS oferecerá cobertura exclusiva aos servidores públicos titulares de cargo em Comissão, não se valendo aos cargos efetivos, pois eles serão regidos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS).
- B) Uma vez instituído o RPPS dentro do ente federativo, ele não poderá ser extinto, ficando, assim, sujeitos todos os servidores públicos – sejam eles Federal, Estadual, Municipal ou Distrital – efetivos e comissionados.
- C) O RPPS deverá ter previsão em lei do ente federativo, como também constar prazo para repasse das contribuições ou aportes pelo responsável, que não poderá ultrapassar o último dia útil do mês subsequente ao da competência da folha de pagamento.
- D) A manutenção do RPPS não possui condão impositivo e obrigatório para aqueles que são vinculados ao regime, sendo possível a sua não contribuição, conforme os termos da lei; dessa forma, o ente federativo fica obrigado a manter o RPPS, ou seja, não precisará ser financiado pelas contribuições dos servidores, pois somente o ente federativo manterá o regime.

Questão 73

Sebastião Fernando, Presidente do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) do município de Felicidade, em reunião com o Prefeito Municipal, elabora a criação de um novo benefício aos funcionários efetivos, com o intuito de gratificar aqueles que completaram dez anos de exercício ininterrupto de suas atividades. Com base na Lei nº 9.717/1998, assinale a afirmativa correta.

- A) O Presidente do Regime Próprio da Previdência Social do mencionado município poderá, por meio de normativa interna, instituir um novo benefício aos inscritos do RPPS, não tendo nenhum impedimento para tal criação, visto que a lei menciona prevê.
- B) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social.
- C) O Prefeito sem a necessidade de interferência do Conselho de administração ou Fiscal do mencionado órgão de gestão do Regime da Previdência de sua cidade, poderá por meio de lei municipal, criar um novo benefício que possa atender melhor às necessidades dos servidores, mesmo não estando esse benefício previsto na Lei nº 9.717.
- D) Os Municípios, Estados e Distrito Federal e a União poderão, através dos Regimes Próprios de Previdência Social, por terem autonomias em suas decisões, conceder os benefícios que se adequem as necessidades dos servidores contribuintes do Regime Próprio do ente federativo que pertença, assim cumprindo o que é disposto em Lei Federal.

Questão 74

Os servidores públicos do município de Entusiasmo se reuniram para uma manifestação contra a Portaria do Poder Executivo Municipal que versa sobre a extinção do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) do município, tendo ainda como respaldo as dificuldades que a Administração Pública estava encontrando com o custeio relativo à Previdência. Com fundamento na Portaria MTP nº 1.467/2022, é correto afirmar que:

- A) É possível que o prefeito municipal se valha de Portaria para extinguir o RPPS.
- B) O prefeito municipal não poderia publicar a Portaria antes de consultar todos os vereadores do município.
- C) Os requisitos exigidos não são contemplados por meio de Portaria emitida pelo prefeito municipal, ao qual também deveria versar sobre a forma de migração dos segurados.
- D) O prefeito municipal somente poderá iniciar a extinção e consequente migração dos segurados para o RGPS por meio de lei, não podendo fazer por meio de Portaria do Poder Executivo.

Questão 75

Pedro Augusto, servidor público municipal ativo, cargo efetivo, aprovado em concurso público em 2019, foi requisitado pela União, diante do seu brilhantismo na atual carreira pública. O servidor realizará serviços administrativos de órgãos vinculados à União, na cidade do Rio de Janeiro. Ele enviou um requerimento à Niterói Prev solicitando que fossem suspensos seu vínculo e contribuições, tendo em vista que será mais vantajosa sua ligação com a União. Diante das informações apresentadas, a Niterói Prev deverá informar a Pedro Augusto que:

- A) Seu pedido poderia ser suspenso somente se fosse cedido sem ônus; e aceito se suspensas suas contribuições.
- B) O requerimento será respondido e, sendo negado o pedido, continuará na condição de segurado da Niterói Prev, mesmo cedido ou requisitado pela União.
- C) Seu pedido será negado pela Niterói Prev a partir da interrupção das contribuições, visto que o segurado cedido pelo município não irá continuar com tais encargos.
- D) Seu pedido será aceito, pois os seus serviços foram requisitados por órgão vinculado à União; dessa forma, ele será regido por outro Regime Próprio da Previdência Social (RPPS).

Questão 76

A Portaria MTP nº 1.467/2022 define, em seu art. 2º, VII, que “Dirigentes da unidade gestora: representante legal ou o detentor da autoridade mais elevada da unidade gestora do RPPS; e os demais integrantes do órgão ou instância superior de direção da unidade imediatamente a ele subordinados correspondentes aos diretores no caso de diretoria executiva, ou aos cargos com funções de direção assemelhadas, em caso de outra denominação do órgão ou instância superior de direção; [...]”. Considerando que a estrutura administrativa da Niterói Prev é uma autarquia responsável pela gestão da Previdência Social do Município de Niterói, e, ainda, de acordo com a Lei nº 2.288/2005, sobre a estrutura administrativa da Niterói Prev, assinale a afirmativa correta.

- A) O Conselho de Administração deverá ser constituído por membros dos servidores comissionados, podendo ter até três membros de servidores ativos, sendo facultada a participação de servidores inativos. O Conselho Fiscal e a Presidência serão nomeados pelo prefeito municipal no prazo de quatro anos.
- B) O Conselho de Administração será composto pelo prefeito municipal, pelo presidente da Câmara Legislativa, representante dos servidores ativos. A Presidência e o Conselho Fiscal por um representante do Poder Executivo, escolhido entre os titulares da Secretaria de Administração, de Fazenda, da Cultura, ou do Meio Ambiente e da secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão ou da Procuradoria-Geral do Município.
- C) O Conselho de Administração deverá ser constituído por um representante do Poder Executivo, com capacidade técnica comprovada para exercer a função; um representante do Poder Legislativo, escolhido entre os seus servidores; e dois representantes dos Servidores Municipais, sendo um representante dos servidores ativos e um representante dos servidores inativos e pensionistas. O Conselho Fiscal por três representantes do Poder Executivo, escolhidos entre os titulares da Secretaria de Administração, de Fazenda, de Planejamento, Orçamento e Gestão ou da Procuradoria-Geral do Município; o Presidente da Niterói Prev; um representante do Poder Legislativo; dois representantes dos servidores efetivos ativos; e dois representantes dos servidores inativos e pensionistas.
- D) O Conselho de Administração deverá ser composto por três representantes do Poder Executivo, escolhidos entre os titulares da Secretaria de Administração, de Fazenda, de Planejamento, Orçamento e Gestão ou da Procuradoria-Geral do Município; o Presidente da Niterói Prev; um representante do Poder Legislativo; dois representantes dos servidores efetivos ativos; e dois representantes dos servidores inativos e pensionistas. O Conselho Fiscal por um representante do Poder Executivo, com comprovada capacidade técnica para exercer a função; um representante do Poder Legislativo, escolhido entre os seus servidores e dois representantes dos Servidores Municipais, sendo um representante dos servidores ativos e um representante dos servidores inativos e pensionistas.

Questão 77

A Lei Municipal nº 2.288/2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Niterói e dá outras providências, menciona normativa que prevê as contribuições dos segurados inscritos no RPPS:

Art. 22 – “Fica instituída contribuição previdenciária de dezoito por cento para os Patrocinadores da Niterói Prev e de quatorze por cento para os segurados e pensionistas para o Exercício de 2021 e posteriores, incidentes sobre a remuneração dos servidores ativos e sobre os proventos dos inativos e pensionistas nos termos da Lei, ressalvado o disposto no inciso II do § 1º.

(Redação dada pela Lei nº 3.715/2022.)

São consideradas remunerações de contribuição, EXCETO:

- A) Acréscimo de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- B) O valor constituído pelo vencimento; sendo o salário de base para o cálculo da contribuição previdenciária.
- C) Salário-família; adicional noturno; adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas.
- D) Os adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis, percebidas pelo segurado.

Questão 78

Fazem parte dos Regimes Próprios da Previdência Social (RPPSs) os servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A previdência social desses servidores é regulada por um estatuto próprio; por isso, eles são chamados de servidores estatutários. Os militares também possuem um regime próprio, seguindo normas específicas para essa classe. Com relação aos benefícios fornecidos pelos segurados do RPPS por meio da Niterói Prev é possível destacar: aposentadoria por invalidez; aposentadoria compulsória; aposentadoria por idade e tempo de contribuição; aposentadoria voluntária por idade; e aposentadoria especial na forma da lei. Sobre a aposentadoria compulsória, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) É vedado o estabelecimento de idade de aposentadoria compulsória diversa da prevista na Lei Complementar nº 152/2015.
- B) O segurado, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente aos 85 de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 2º, da Lei Complementar nº 152/2015, quanto aos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.
- C) A aposentadoria compulsória no RPPS é regida pelo art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência). Este dispositivo estabelece que o servidor será compulsoriamente aposentado ao atingir a idade de 75 anos, ou a idade estabelecida em lei complementar, o que ocorrer primeiro.
- D) Na ocorrência das hipóteses previstas para concessão de aposentadoria compulsória, ou por incapacidade permanente, a segurado que tenha implementado os requisitos legais para concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra, o RPPS deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de ofício, o segurado, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo com a regra que lhe seja mais vantajosa.

Questão 79

João Marcelo, agente público ocupante de cargo comissionado, nomeado pelo Prefeito Municipal da cidade de Esperança, procurou a autarquia responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município citado para a sua inscrição. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) A autarquia responsável pelo RPPS do município de Esperança é obrigada a aceitar a inscrição de João Marcelo, mesmo que ele ocupe um cargo comissionado, para garantir a sua proteção previdenciária.
- B) João Marcelo deverá apresentar a Portaria de nomeação de seu cargo, juntamente com seus documentos oficiais (originais e cópias), comprovante de residência e título eleitoral, e, ainda, requerer verbalmente ou por escrito na sede da autarquia responsável pela administração do RPPS do município.
- C) Ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assim não será possível a inscrição de João Marcelo ao RPPS.
- D) João Marcelo, como servidor no uso de suas atribuições, terá o direito de sua filiação ao RPPS, sendo necessária sua apresentação na autarquia munido de seus documentos. Por se tratar de cargo em comissão, sua inscrição não será automática, e, em caso de negativa de sua filiação, deverá, em tempo hábil, apresentar recurso à Presidência da autarquia, bem como termo de posse em conjunto com sua documentação pessoal, não podendo permanecer vinculado ao Regime Próprio do município, em razão de suas atribuições no cargo ao qual foi investido.

Questão 80

Filomena, aposentada por incapacidade permanente pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), brasileira, 56 anos, casada com Roberto Inácio, servidor Público do Município de Niterói, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 58 anos, dezoito anos dedicados ao serviço público municipal. No retorno de uma viagem de comemoração pelos vinte e cinco anos de casamento, sofreram um acidente em que Roberto Inácio veio a óbito e Filomena fraturou vários ossos. Considerando a situação hipotética, e, ainda, tendo em vista a Lei Municipal de nº 2.288/2005, assinale a afirmativa correta.

- A) Filomena, por ser já beneficiária do RGPS, deverá comprovar sua dependência financeira com relação ao seu esposo para acumular seu benefício com a Pensão por morte.
- B) Filomena é beneficiária da Niterói Prev na condição de dependente econômico do segurado; por isso terá direito à pensão vitalícia de seu cônjuge em virtude de seu falecimento.
- C) Filomena poderá acumular o benefício previdenciário de pensão por morte, conforme legislação vigente. Após o falecimento de Filomena, o direito a continuar recebendo a pensão será de seu filho único, José, com 23 anos na data de falecimento de seu genitor.
- D) Como Roberto Inácio tinha apenas 18 anos de serviço público municipal, Filomena não terá direito à pensão por morte pela Niterói Prev, pois o tempo de serviço de seu falecido marido não atingiu o período mínimo exigido para a concessão desse benefício.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

CONCURSO PÚBLICO – NITERÓI PREV

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma questão discursiva, que será avaliada em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de dez linhas e máxima de vinte linhas e deverá atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	24 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	6 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequencição do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 6 pontos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

No município de Alfa, surgiram denúncias a respeito da atuação da Autarquia Previdenciária Municipal “Futuro Seguro” (APMFS). Algumas das situações relatadas envolviam questionamentos sobre:

- 1) A criação da autarquia;
- 2) Irregularidade em algumas aplicações financeiras, que teriam sido direcionadas a empresas com ligações indiretas com membros da diretoria da autarquia, em violação ao princípio da impessoalidade;
- 3) Dispensa indevida de licitação para contratação de compra de materiais regulares de insumo, que possam ser fornecidos por diversas empresas do mercado, com valor de R\$ 40.000,00; e
- 4) Suposta ausência de transparência com relação a informações de interesse coletivo ou geral, em desrespeito à Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

João, servidor da APMFS, foi incumbido de elaborar subsídios para a resposta dos questionamentos apresentados. Considerando as informações expostas, redija a resposta que deve ser apresentada por João, se atendo especificamente aos seguintes tópicos:

- 1) O conceito de autarquia e a previsão constitucional sobre a forma de sua criação;
- 2) A definição do princípio da impessoalidade;
- 3) A conformidade – ou não – do procedimento de dispensa de licitação mencionado; e
- 4) Pelo menos uma medida prevista na Lei Federal nº 12.527/2011 a ser adotada pela entidade visando à transparência das informações.

Instruções adicionais:

- A resposta deve ser estruturada em itens numerados com 1, 2, 3 e 4, conforme tópicos acima apresentados;
- A resposta à questão discursiva deverá ter extensão mínima e máxima de dez linhas e vinte, respectivamente. Linhas deixadas em branco não serão contabilizadas; e
- Em caso de erro na escrita, o candidato deverá utilizar tachado duplo para anulação e desconsideração do trecho equivocado.

(EXEMPLO)

CONCURSO PÚBLICO – NITERÓI PREV

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A aplicação das provas terá duração de quatro horas para os cargos de nível técnico e médio, seis horas para o cargo de Procurador Autárquico e cinco horas para os demais cargos de nível superior. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver.
5. O caderno de provas é composto por oitenta questões.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver, devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar do local de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos ao horário previsto para o seu término.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.